

Funaro e Bracher vão ao FMI discutir programa brasileiro

por Cesar Borges
de Brasília

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, embarcou ontem no final da noite em companhia do presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, para Washington, com o objetivo principal de conversar com o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosiére. "De jeito nenhum eu espero obter do diretor do FMI uma opinião sobre o programa econômico brasileiro agora", garantiu o ministro pela manhã, após reunir-se com o presidente José Sarney.

A convicção de Funaro em relação ao momento em que o "sinal verde" do diretor-gerente do FMI será dado deve-se à certeza de que os técnicos do Fundo ainda estão examinando os

documentos enviados pelo BC, sobre o "pacote" econômico aprovado pelo Congresso. E, de certa forma, Funaro e Bracher aproveitarão o momento em que os técnicos debatem as questões colocadas pelo governo brasileiro para participar das explicações e justificativas sobre as propostas e opções adotadas pelo Brasil.

ATRASO

O ministro foi claro sobre esse ponto ao explicar ontem aos jornalistas que está voltando a conversar com Jacques de Larosiére — em novembro, Funaro e De Larosiére conversaram durante cinco horas na residência do embaixador Sérgio Corrêa da Costa, em Washington — para concluir uma discussão em que ambos chegaram à conclusão de que "a nego-

ciação proposta pelo Brasil não é radical porque pretende manter o crescimento da economia e combater o déficit público ao mesmo tempo", disse o ministro, acrescentando que, em novembro, "nós chegamos a conclusão de que iríamos descobrir juntos como fazer isso". Dilson Funaro enfatiza que os atrasos na formulação e negociação do "pacote" na área econômica do governo e depois com o Congresso Nacional e a sociedade provocaram um adiamento na definição do quadro econômico a ser apresentado ao FMI e à comunidade financeira internacional. Assim, ele acredita que pode obter junto aos bancos "uma pequena prorrogação", de dez a trinta dias, nas condições das linhas de curto prazo que vencem dia 17, enquan-

to o FMI estrutura sua opinião.

REEXAME

O ministro garantiu, também, que de forma alguma é a perspectiva de uma inflação acima de 160% em 1986 que o está levando a reexaminar as metas previstas na redução do déficit público operacional para 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Ele explicou que a inflação de 160% é apenas indicativa e que qualquer variação para cima ou para baixo não influenciará o comportamento do déficit, já que despesas e receitas oscilarão igualmente, qualquer que seja a inflação, "o que não descarta o combate à inflação", rebateu, argumentando que "um país que trabalha com uma inflação alta é sempre um ponto de instabilidade".